Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Documentação
Fonte ESP (Geral)
Data 29/3/2002 Pg A8
Class. 147

Castanheiros do Pará acusam mineradora

Para extrair bauxita, empresa estaria agindo em área proibida da floresta

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – A Mineração Rio do Norte, subsidiária da Vale do Rio Doce, está sendo acusada por moradores da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, em Porto Trombetas, no oeste do Pará, de estar explorando bauxita em área proibida da floresta e provocando danos ao meio ambiente. Na área, centenas de famílias vivem da exploração da castanha-do-pará.

A extração de bauxita no vale do Rio Trombetas, em Oriximiná, provocou nos anos 80 a contaminação do Lago do Batata, que serviu por muitos anos de depósito de rejeitos da lavagem do minério. Além da poluição, o lago ficou assoreado por vários anos. A mineradora foi obrigada a recuperar o lago, porém o trabalho não foi concluído até hoje.

A floresta nacional, com 429 mil hectares, foi criada há 23 anos pelo então presidente José Sarney. Mas o decreto 98.704/1989, que criou a reserva, permite em seus artigos 2.° e 4.° a lavra mineral dentro da área. A exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte está ocorrendo dentro de uma área de 1.884 hectares. A empresa alega que a área foi registrada em seu nome e apresenta uma escritura pública de compra e venda, cessão de direitos hereditários e meação lavrada no Cartório do 24° Ofícios de Notas do Rio de Janeiro.

Os moradores denunciam que a empresa já desmatou 300 hectares de floresta para extração da bauxita. O minério é encontrado a uma profundidade média de oito metros. É concentrado em camadas de até três metros de espessura, coberto por vegetação densa. Tratores derrubam a mata e preparam a área de lavra.

Para encontrar uma solução que evite a repetição do que ocorreu no Lago do Batata, técnicos do Ibama, representantes das comunidades da região, políticos e ativistas participaram ontem de uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Oriximiná. As associações comunitárias deixaram claro que não irão permitir que a mineradora atrapalhe a coleta da castanha, uma atividade realizada durante três meses por ano, mas responsável pela sobrevivência das famílias que vivem às margens do lago Sapucuá.